

a democracia como golpe permanente:
nova política, ativismos e novas
institucionalidades

Foram dois meses de vaivém e muito dinheiro derramado para organizar as manifestações de apoio ao homem que senta no trono do palácio no Brasil, em 7 de setembro de 2021. Diante de várias acusações avolumadas no judiciário e de negócios intermináveis com o legislativo, o objetivo era produzir uma demonstração de popularidade do que se convencionou chamar de bolsonarismo.

O objetivo foi parcialmente atingido. Muitos indivíduos pelas ruas com bandeiras do país e louvando o homem que senta no trono do palácio. Em Brasília e em São Paulo registraram-se as maiores presenças nas manifestações.

Isso se deveu a um empreendimento de mobilização que pode ser atribuído a quatro fatores que cercam o culto à figura do presidente:

- 1º: um domínio significativo de audiência em redes sociais digitais, com veículos de imprensa alternativa, *influencers* em várias plataformas e atuação regular do próprio presidente em *lives* semanais que têm uma grande capacidade de pautar a imprensa de modo geral, mesmo que seja para criticá-lo.

Qualquer palavra boçal dita pelo homem que senta no trono do palácio, rende páginas e páginas de comentários e análises nos jornais e muitas horas nos jornais televisivos, além de outras *lives*, *podcasts* e demais formatos que povoam a hipercomunicação, característica da sociedade de controle e dos ativismos tão estimulados pela racionalidade neoliberal, seja da imprensa alternativa ou oficial;

- 2º: a posição de sindicalista que o presidente posa com as forças de segurança. Não é apenas uma retórica de lei e ordem. Mas a bajulação discursiva e a relação de identidade policial fazem com que as forças repressivas legais e ilegais, majoritariamente, devam uma emotiva adoração ao presidente, para além até do que mostram diversas sondagens e reportagens com integrantes das tropas. Ainda que o governo traduza essa adoração em modestas vantagens materiais imediatas, como livrá-los da reforma da previdência e anunciar de um plano de financiamento habitacional exclusivo para policiais, o mais importante é a certeza que esses policiais e militares têm ao verem no presidente a figura de um deles que está "no poder";

- 3º: pode ser atribuído à atuação de pastores pentecostais e neopentecostais e amplos setores da igreja católica, como a Renovação Carismática. Novamente não se trata apenas de uma confluência de interesses, mas

de relações diretas com pastores e padres que glorificam o capitão em seus cultos. Se a separação entre política e religião sempre foi uma ilusão da ciência política moderna, o chamado bolsonarismo usa isso ao seu favor sem pudores ideológicos ou ilusões retóricas. O chamado *mito* declara-se católico e a esposa é de uma denominação evangélica; reitera "provas" de que ele foi agraciado com milagres, desde o útero, e que carrega no seu nome a missão de ser um messias político;

- 4º: o apoio do agronegócio e de seus escoadores, os caminhoneiros. Isso se deu não apenas por meio de artistas ligados ao setor, como os cantores sertanejos (universitários ou não), mas com financiamento direto de produtores do setor para as pessoas irem a Brasília e/ou se deslocarem do interior de São Paulo para a avenida Paulista. Novamente a grana não explica tudo, pois prepondera a falação que o "produtor rural" expressa a imagem do verdadeiro brasileiro trabalhador, do que não parou de trabalhar para alimentar as famílias, do homem que expressa o "Brasil profundo" em oposição às elites urbanas corrompidas por uma cultura permissiva e cosmopolita.

Enquanto o chamado bolsonarismo preparava suas manifestações, a imprensa empresarial e setores da elite política derramavam sondagens sobre a participação de policiais nas manifestações e análises de especialistas

das mais diversas áreas, falando que no dia 7 de setembro se daria a tentativa de um golpe de Estado ou a preparação de um a ser dado num futuro próximo.

Somam-se a isso as declarações e ações de integrantes do judiciário se autoproclamando defensores da democracia, seguidas e reiteradas por especialistas que lembravam da importância da separação dos poderes e da necessidade de se garantir o sistema de freios e contrapesos previsto pela Constituição Federal de 1988. Chegou-se a aventar uma carta de repúdio da representação do sistema financeiro, a FEBRABAN, que logo recuou sob a ameaça dos dois bancos estatais, os mais ricos, deixarem a federação de bancos. Tudo do jogo e pelo jogo.

Os partidos de esquerda, movimentos sociais, sindicatos e variados coletivos de grupos de interesse organizaram manifestações de oposição em constante diálogo com as instituições, em especial com a polícia militar, no caso de São Paulo, com reuniões nas quais os organizadores garantiram à polícia que as manifestações seriam ordeiras e que não haveria grupos radicais, como os da tática *black bloc*.

Nada muito novo. Primeiro porque o 7 de setembro, há quase 30 anos, já é usado por vários grupos e os chamados "setores progressistas" da igreja para a realização do Grito dos Excluídos

e, por isso, a negociação para realização das manifestações com a polícia já é de praxe. Segundo, porque essa parceria de longa data se renovou em maio de 2020 para evitar o confronto de rua quando, em meio à quarentena, grupos bolsonaristas reuniam-se com regularidade em frente a FIESP e grupos antifa e torcidas de futebol resolveram tirá-los de lá. Isto promoveu um acordo com a PM de São Paulo para deixar a avenida Paulista aos bolsonaristas, enquanto a esquerda, ordeiramente, foi para o Largo da Batata encenar atos que, em meio a uma retórica antifascista e antirracista, serviram como prévia da campanha eleitoral para a prefeitura da cidade.

O dia 7 de setembro chegou. Não houve golpe. A esquerda, no caso de São Paulo, restringiu-se ao cercadinho policiado do Vale do Anhangabaú. A imprensa oficial e alternativa fez cobertura em tempo real sob a designação de atos antidemocráticos com um zum-zum de opiniões de especialistas ao vivo e nos jornais e telejornais do dia seguinte.

A autodeclarada oposição democrática ao bolsonarismo que não se identifica com a esquerda, também chamada de terceira via, convocou manifestações para o domingo seguinte, dia 12 de setembro. Neste ínterim, o homem que senta no trono do palácio pediu ajuda a seu antecessor para escrever uma carta na qual, em parte, justifica os "excessos"

em seus pronunciamentos no 7 de setembro, e, em parte, frustra as previsões de que ele daria um golpe de Estado. Termina a carta com o lema da Ação Integralista Brasileira: "Deus, Pátria e Família". E dá margem para que velhacos *ubuescos* tentem aproximar o fascismo do anarquismo, em nome da *terceira via*...

Constata-se que as manifestações de rua, convocadas por qualquer grupo, apresentam-se como mais um esforço para uma nova institucionalidade democrática. Aos trancos e barrancos reiteram que a democracia brasileira é frágil e minguada.

Por isso, as manifestações não são mais vistas como desviantes no jogo político-institucional, mas apenas um dos elementos a ser mobilizado. As redes sociais digitais se fortalecem como a zona do ativismo autodeclarado e forma atual da cidadania, e as ruas são parte do espetáculo a ser continuado nas redes: seja individualmente com selfies e "análises" pessoais, seja coletivamente com imagens de drones que buscam demonstração da capacidade de força A ou B, ou qualquer outra, para mobilizar pessoas.

As análises em torno da defesa das instituições, jogos e atores são erráticas, imprecisas e, às vezes, desesperadas, ao focar o bolsonarismo como a imagem antidemocrática. Deve-se considerar que ele é a expressão de

uma maioria no Brasil. Não necessariamente uma maioria numérica, mas de uma imagem de maioria: uma democracia operada pelas redes sociais digitais, calcada em um forte desejo de segurança, com dinheiro do agronegócio e condução de padres, pastores, políticos e juizes.

Essas não são as forças exclusivas do chamado bolsonarismo. Até outro dia estavam todas bem alocadas no governo da ocasião, hoje apontado como principal força de oposição. E, a não ser que algo surpreendente aconteça, seguirão como forças decisivas do que se chama de política nacional com ou sem bolsonaristas, terceira via, esquerdistas e/ou direitistas.

Variadas forças de oposição se esforçam para responder ao bolsonarismo com os mesmos elementos dele: ocupando a produção e o conteúdo em redes sociais digitais, buscando desesperadamente policiais e pastores progressistas e animando a existência de um agronegócio que seja comprometido com o desenvolvimento sustentável. Essa disputa pela forma da democracia como valor e os seus elementos constitui a nova política, seja de esquerda ou de direita. E ainda que exercite um nacionalismo de ocasião, trata-se de seu funcionamento planetário, mesmo com suas variações e figuras ubuescas locais.

Sob a ameaça permanente de um golpe que nunca vem, se faz da democracia uma forma de golpe permanente. Afinal, todo Estado é um Estado policial.

Quando muitos analistas veem Bolsonaro como negação das promessas de cidadania anunciadas pelo que se convencionou chamar de Nova República, é perfeitamente razoável vê-lo como representação do resultado dessas promessas. Como cantou o poeta, em disco de 1988, quando essas promessas tinham ao menos a virtude da novidade, o Brasil segue com "o macho, adulto, branco sempre no comando".

A saúde possível em meio ao espetáculo um tanto enfadonho não está na defesa da democracia e no monitoramento contra o risco de golpe, mas no que os anarquistas colocam há pelo menos 200 anos: a liberdade não como ideia, mas como prática, o antimilitarismo e anticlericalismo com pontos inegociáveis, a contestação permanente do regime da propriedade. E a implosão de regimes fundados na "liberdade" para instituírem autocracias.

[publicado como hypomnemata 249. boletim eletrônico mensal do nu-sol, setembro de 2021]